



CARTILHA DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA CANDIDATURAS

Brasília, 16 de agosto de 2026



Secretaria de Relações Internacionais

Humberto Costa, Secretário de Relações Internacionais

Misiara Oliveira, Secretária Adjunta de Relações Internacionais

Assessoria Internacional

Leandro Fontes Corrêa

Fábio El Khouri

Igor Oliveira



Apresentação	4
1. A importância das Relações Internacionais	4
1.2. Participação de outras instâncias nas Relações Internacionais	6
2. O PT e as Relações Internacionais	7
3. Conjuntura internacional	10
4. O papel dos mandatos	12
Como trazer as relações internacionais para a campanha	12
Senado	13
Câmara dos Deputados	13
Governos estaduais	14
Assembleias Legislativas dos estados	14
5. Temas da conjuntura presentes no debate público	14
6. Quadro resumo: Quem defende o Brasil e os brasileiros?	17
6. Fontes	20



Apresentação

Esta cartilha foi elaborada pela Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores para subsidiar as candidaturas do PT sobre os principais temas de relações internacionais presentes no debate político e eleitoral. Em um cenário internacional marcado por conflitos, disputas geopolíticas e pressões sobre a soberania dos países, esses temas estão cada vez mais presentes no cotidiano da população e devem fazer parte do debate programático e político durante a campanha.

O material tem dois objetivos principais. O primeiro é **preparar candidatas e candidatos para o debate sobre relações internacionais durante a campanha**, oferecendo informações e argumentos para entrevistas, debates, discursos e atividades junto à população. O segundo é **apresentar as atribuições e possibilidades de atuação internacionalista de cada mandato**, indicando como parlamentares e representantes eleitos podem contribuir, a partir de suas respectivas esferas de atuação, para fortalecer a soberania nacional, a cooperação internacional e a inserção internacional do Brasil.

1. A importância das Relações Internacionais

Nos últimos anos, as relações internacionais deixaram de ser um tema restrito a especialistas e passaram a ocupar espaço crescente no debate público.

A expansão econômica da China provocou transformações nas cadeias produtivas e no mercado de trabalho em diversas cidades do Brasil; a pandemia de Covid-19 fez com que os brasileiros passassem a acompanhar temas como protocolos internacionais de saúde, produção de vacinas e cooperação científica; os conflitos internacionais tiveram repercussões no Brasil aumentando o preço de produtos e promovendo fluxos migratórios.



Esses fenômenos geraram impactos diretos sobre o cotidiano das pessoas e são alguns exemplos de como nossa população tem percebido que o que ocorre além de nossas fronteiras é parte de sua própria realidade. Em outras palavras, o povo brasileiro tem percebido que as relações internacionais importam.

O contexto internacional é desafiador para a gestão pública, mas oferece uma oportunidade política e programática para reafirmar que o Partido dos Trabalhadores faz da política externa um instrumento para o desenvolvimento nacional, com defesa da soberania e cooperação entre nações e povos.

Cabe ao PT demonstrar, de forma didática, o que é soberania e suas relações diretas com o cotidiano das pessoas, isto é, como nossa inserção comercial impacta na qualidade do emprego e da renda, a relevância de acordos de cooperação para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, e como normas internacionais afetam a produção e o acesso a alimentos.

Temos que pautar junto à população que, em um mundo em transformação, apenas um país soberano é capaz de defender, de maneira efetiva, os interesses de seu povo. As tensões do sistema internacional evidenciam que a soberania não se limita à defesa territorial, mas também está diretamente relacionada ao direito ao desenvolvimento.

Defender a soberania é garantir a capacidade do país de decidir seu próprio caminho de desenvolvimento em um ambiente internacional cada vez mais competitivo e assimétrico. O PT tem condições de demonstrar que foi o partido que mais contribuiu e continua contribuindo cada vez mais para a afirmação da soberania brasileira.

Nestas eleições, devemos afirmar que vivemos um momento estratégico para afirmar uma agenda internacional capaz de gerar empregos, ampliar oportunidades e melhorar a qualidade de vida da população.



1.2. Participação de outras instâncias nas Relações Internacionais

As relações internacionais não estão restritas ao Presidente da República ou ao Ministério das Relações Exteriores.

Em um mundo cada vez mais interdependente, parlamentos, governos estaduais e administrações locais têm desempenhado um papel cada vez mais relevante na promoção da cooperação internacional e na defesa dos interesses nacionais no cenário internacional.

Nestas eleições, as candidaturas do PT devem assumir duas tarefas fundamentais durante a campanha:

- Fortalecer a imagem do presidente Lula como uma liderança mundial comprometida com a paz, a soberania nacional e a construção de uma ordem internacional mais justa;
- Demonstrar que os futuros representantes do PT estão preparados para atuar na área internacional a partir dos cargos que disputarão, contribuindo para que as relações internacionais tornem-se benefícios concretos para a população brasileira.

Nossas candidaturas devem transmitir uma mensagem de que a política externa também é construída nos parlamentos, nos governos estaduais e municipais, nos organismos internacionais e nos espaços de integração regional, sempre conectada às necessidades concretas do povo brasileiro.

2. O PT e as Relações Internacionais

Com 16 parlamentares constituintes, o Partido dos Trabalhadores participou ativamente da construção do Artigo 4º da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece como princípios das relações internacionais do Brasil a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos



conflitos, a integração da América Latina e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Esses princípios constitucionais coincidem com os valores históricos do PT e orientam a maneira petista de formular e executar a política externa. É por meio do multilateralismo, da integração regional e da cooperação com países do Sul e do Norte que os governos petistas buscam construir soluções comuns para desafios globais e defender a igualdade soberana entre os Estados.

Para o PT, a política externa deve ser compreendida como uma política pública voltada à promoção do desenvolvimento nacional por meio da cooperação entre os povos. O internacionalismo petista parte da compreensão de que os grandes desafios e oportunidades do século XXI não podem ser tratados de forma isolada. Por isso, a solidariedade internacional e o multilateralismo são instrumentos fundamentais para a construção de soluções comuns e para a ampliação das oportunidades de desenvolvimento do Brasil.

Esta cooperação, entretanto, não significa abrir mão da soberania nacional nem da autonomia para definir os rumos do país. Ao contrário, diante de uma história latino-americana e do Sul Global marcada pelo colonialismo, pelo imperialismo e por diferentes formas de dependência, cooperar deve significar fortalecer a capacidade de cada povo decidir seu próprio destino. Para o PT, soberania, autonomia e cooperação são conceitos complementares: um Brasil soberano é aquele que constrói parcerias em condições de igualdade, fortalece suas capacidades produtivas, científicas e tecnológicas e utiliza sua inserção internacional para promover o desenvolvimento, defender os interesses nacionais e contribuir para uma ordem mundial mais justa, democrática e solidária.

No Brasil, a cada eleição, as relações internacionais ganham mais espaço no debate público. Nesse terreno, há uma vantagem política clara: somos o partido que historicamente defende a soberania nacional e o multilateralismo. Cabe ao PT, portanto, demonstrar de forma didática como as relações internacionais estão



diretamente conectadas ao cotidiano das pessoas e como o nosso partido é o mais preparado na condução dessa política pública.

Lula liderança internacional, Candidatos com o Lula

Ao longo de seus três governos, o presidente Lula foi reconhecido como uma das principais lideranças globais na defesa do diálogo, da paz, do multilateralismo e da reforma da governança global. Sua credibilidade internacional amplia a capacidade de atuação do Brasil e fortalece o papel do país como articulador entre diferentes regiões e interesses, ampliando a projeção da política externa brasileira.

No primeiro mandato (2003–2006), Lula reposicionou o Brasil como um ator global ativo. Liderou a rejeição à ALCA, fortaleceu o Mercosul com uma agenda social, aprofundou a integração sul-americana, ampliou a cooperação Sul-Sul, aproximou o Brasil da África, da Ásia e do Oriente Médio e participou da criação de novos mecanismos de concertação política entre países em desenvolvimento, como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

No segundo mandato (2007–2010), essa estratégia atingiu sua maturidade. O Brasil passou a ocupar posição de destaque nos principais fóruns internacionais, contribuiu para consolidar o G20 como principal espaço de coordenação econômica global após a crise de 2008, esteve entre os articuladores da criação do agrupamento BRICS e intensificou a defesa da reforma das instituições internacionais, especialmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e dos organismos financeiros multilaterais.

Nos governos da presidenta Dilma Rousseff (2011–2016), o Brasil deu continuidade às principais diretrizes da política externa construída nos anos anteriores, mantendo a prioridade conferida à integração regional, à cooperação Sul-Sul e ao fortalecimento do BRICS. Nesse período, o país participou da criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, instrumentos concretos para ampliar a autonomia financeira dos países



em desenvolvimento. O Brasil também seguiu defendendo o multilateralismo, a soberania dos Estados e uma ordem internacional mais democrática e representativa.

Essa trajetória sofreu uma profunda ruptura nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016–2022). O Brasil perdeu protagonismo internacional, afastou-se dos esforços de integração latino-americana e, especialmente durante o governo Bolsonaro, abandonou parte importante de sua tradição diplomática de autonomia e multilateralismo. Nesse período, o negacionismo científico e teorias como o “globalismo”, impulsionada pelo ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, marcaram as relações do então governo brasileiro no cenário internacional. Ao assumir novamente a Presidência, em 2023, Lula encontrou o desafio de reconstruir relações, recuperar a credibilidade brasileira e recolocar o país nos principais espaços de decisão internacional.

Em seu terceiro mandato (2023 - atual), Lula encontrou um cenário internacional mais fragmentado, marcado pelo recrudescimento das disputas geopolíticas, pelo enfraquecimento do multilateralismo e pela ascensão da extrema direita. Ainda assim, sua capacidade de articulação reuniu os 12 líderes da América do Sul no Consenso de Brasília, permitiu ao Brasil exercer a presidência do G20 em 2024, lançando a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, sediar a COP30 em 2025, criando o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) e fortalecer a ampliação do BRICS. O Brasil voltou ao mundo e o mundo ao Brasil.

No período de 2027 a 2030, devemos avançar na construção de uma nova governança global, mais representativa e equilibrada, que permita ao Brasil e aos países do Sul Global participarem do sistema internacional de forma soberana, justa e condizente com seu peso político, econômico e social. Sob a liderança internacional do presidente Lula, o Brasil reúne legitimidade e capacidade política para impulsionar essa agenda, reafirmando seu compromisso histórico com a paz, a cooperação entre os povos e o desenvolvimento compartilhado.



3. Conjuntura internacional

No século XXI, assistimos não apenas a posturas contrárias à cooperação entre os Estados em temas centrais, como saúde global e mudança do clima, mas também a graves e recorrentes violações da soberania de países. Episódios recentes incluem ações extremas, como sequestros e assassinatos de chefes de Estado e de governo, além da imposição de sanções unilaterais e de medidas extraterritoriais.

Tais práticas, flagrantes em casos como os de Cuba, Irã e Venezuela, configuram formas contemporâneas de intervenção que corroem o direito internacional e penalizam populações inteiras ao restringirem o acesso a bens essenciais e causarem crises econômicas e humanitárias.

É importante destacar que, na América Latina, esse cenário envolve uma crescente disputa por recursos naturais e energéticos na Amazônia e no Caribe. Agora, a atualização da Doutrina Monroe sob o governo de Donald Trump tem promovido narrativas de combate ao narcotráfico e ao terrorismo como forma de ampliar pressões e formas de ingerência sobre regiões estratégicas. Defender a soberania regional significa impedir que essas agendas sejam utilizadas como justificativa para intervenções e para o controle externo de nossos recursos. Segurança internacional se fortalece com cooperação e desenvolvimento social e tecnológico, não com ingerência.

Em meio a esse contexto, na terceira década do século XXI, observa-se o desprezo pelas instituições internacionais, pela cooperação e pelas formas de solução pacífica de controvérsias, como pode ser observado nas ações de Estados Unidos e Israel. Guerras e conflitos eclodem sem que haja tempo ou espaço para sua adequada mediação nos fóruns multilaterais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, revelando sua paralisia ou incapacidade de ação.



Esse descrédito se estende a outros pilares da governança global. A Organização Mundial do Comércio enfrenta dificuldades para garantir regras justas e equilibradas, como no caso do tarifaço dos Estados Unidos. As instituições criadas no pós-guerras, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, não asseguram uma arquitetura financeira internacional capaz de oferecer acesso equitativo a crédito e financiamento, enquanto as conferências climáticas avançam aquém do necessário diante da urgência ambiental.

As instituições criadas no século passado mostram-se insuficientes para responder aos desafios contemporâneos. O desafio é claro: o multilateralismo está em crise. Governos que almejam a cooperação não devem, todavia, abandoná-lo, mas reformá-lo. Nesse contexto, o Brasil possui condições singulares para contribuir com a reforma da governança global.

O nosso país é respeitado pela sua tradição diplomática, mas também pelo seu peso político e econômico no mundo: somos uma das maiores economias do mundo, ao mesmo tempo em que colocamos na ordem do dia das instituições internacionais pautas próprias de países em desenvolvimento, tais como o combate à fome e à desigualdade. Isso faz com que o Brasil tenha trânsito político de Sul ao Norte.

O presidente Lula foi capaz de compreender essas características que posicionam o Brasil no Sistema Internacional e, ao longo de três mandatos, consolidou-se como uma das principais vozes a favor do desenvolvimento sustentável. Como presidente do Brasil, Lula se tornou também uma liderança internacional. Por isso, devemos defender a candidatura de Lula como um líder necessário para o desenvolvimento não só do Brasil, mas do mundo que compartilhamos com os demais povos.



4. O papel dos mandatos

Como trazer as relações internacionais para a campanha

As candidaturas do PT devem incorporar os temas internacionais ao debate eleitoral de forma acessível e conectada à realidade da população. Questões como soberania nacional, comércio internacional, guerras, mudança do clima, plataformas digitais, migrações e integração regional não são temas distantes: influenciam diretamente a vida cotidiana dos brasileiros.

O desafio das candidaturas é trazer para a campanha os aspectos das relações internacionais que têm impacto nos seus territórios, traduzindo esses debates para a realidade concreta. O eleitor quer compreender como os acontecimentos internacionais afetam seu emprego, sua educação e sua saúde, ou como afetam o preço dos alimentos e dos combustíveis, a qualidade do meio ambiente, a circulação de informações nas plataformas digitais e as oportunidades de desenvolvimento de sua cidade e de seu estado.

Ao fazer essa conexão entre o cenário internacional e a vida cotidiana, o PT reafirma sua tradição de compreender a política externa como uma política pública voltada ao desenvolvimento nacional, à soberania e à melhoria das condições de vida da população.

A atuação internacional dos mandatos petistas deve aproveitar os diversos espaços de cooperação existentes, como o Mercosul, o Parlamento do Mercosul (Parlasul), o BRICS, organismos internacionais e redes de cidades e governos locais. Esses espaços permitem compartilhar experiências, captar investimentos, formular políticas públicas inovadoras e fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional. Mais do que participar desses fóruns, trata-se de defender os interesses do povo brasileiro em um mundo cada vez mais conectado.



Senado

O Senado Federal possui atribuições específicas e estratégicas em matéria internacional. Cabe aos senadores aprovar tratados internacionais, analisar indicações de embaixadores e acompanhar temas relacionados à política externa e à defesa nacional por meio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Além de exercer essas competências constitucionais, senadoras e senadores representam o Brasil em organismos parlamentares internacionais, fortalecem o diálogo político com outros países e contribuem para a construção de consensos em temas globais relevantes, como paz, comércio, clima, migrações e governança internacional.

Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados exerce papel central na política externa brasileira. É no Congresso Nacional que tratados e acordos internacionais são debatidos e aprovados antes de entrarem em vigor. Além disso, parlamentares integram comissões permanentes, como a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), participam de missões oficiais ao exterior, dialogam com parlamentos estrangeiros e constroem frentes parlamentares voltadas à cooperação internacional.

Deputadas e deputados federais do PT devem atuar para defender a soberania nacional, fortalecer o multilateralismo, ampliar a integração latino-americana e promover relações internacionais voltadas ao desenvolvimento econômico, à geração de empregos e à proteção dos interesses do Brasil.

Governos estaduais

Os estados brasileiros mantêm uma intensa agenda internacional. Governos estaduais estabelecem acordos de cooperação técnica, científica e educacional,



atraem investimentos produtivos, promovem exportações, fortalecem o turismo, participam de redes internacionais de governos subnacionais e desenvolvem políticas específicas para regiões de fronteira.

Uma atuação internacional ativa permite ampliar oportunidades de desenvolvimento regional, gerar empregos, fortalecer cadeias produtivas e aproximar os estados brasileiros de experiências bem-sucedidas em diversas áreas, como saúde, educação, inovação e sustentabilidade.

Assembleias Legislativas dos estados

As Assembleias Legislativas também desempenham papel importante na atuação internacional dos estados. Deputadas e deputados estaduais podem incentivar a cooperação internacional por meio da formulação de leis, da fiscalização das ações dos governos estaduais e da articulação com parlamentos e instituições estrangeiras. Além disso, podem apoiar iniciativas voltadas à integração das regiões de fronteira, à atração de investimentos, à promoção das exportações, à cooperação científica e tecnológica e ao fortalecimento de políticas públicas em áreas como saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento regional. A atuação internacional dos mandatos estaduais do PT deve contribuir para aproximar as oportunidades oferecidas pela cooperação internacional das necessidades concretas da população, fortalecendo o desenvolvimento dos estados e a inserção soberana do Brasil no mundo.

5. Temas da conjuntura presentes no debate público

Relação com os Estados Unidos: defender o Brasil é defender nossa soberania e o nosso povo

A relação com os Estados Unidos deve ser pautada pelo respeito mútuo e pela defesa dos interesses nacionais. Medidas unilaterais, como a imposição de tarifas comerciais ou outras formas de pressão econômica, afetam empregos,



investimentos e a competitividade da indústria brasileira. As candidaturas do PT devem reafirmar que o Brasil dialoga com todos os países, mas não aceita imposições nem interferências externas. Defender a soberania nacional significa negociar em condições de igualdade e colocar os interesses do povo brasileiro acima de pressões estrangeiras.

Relação com a China: aproveitar oportunidades para desenvolver o Brasil

A China é hoje o principal parceiro comercial do Brasil e um importante investidor em infraestrutura, energia, ciência e tecnologia. A relação com o país deve ser conduzida de forma pragmática, buscando ampliar investimentos produtivos, transferência de tecnologia e geração de empregos qualificados no Brasil. O objetivo não é escolher lados entre grandes potências, mas diversificar parcerias internacionais e utilizá-las para fortalecer a indústria nacional e promover o desenvolvimento brasileiro.

Integração regional: crescer junto com nossos vizinhos

A integração latino-americana é um princípio previsto na Constituição brasileira. O Brasil faz fronteira com 10 dos 12 países sul-americanos, compartilhando com seus vizinhos desafios econômicos, sociais, ambientais e de segurança que exigem respostas conjuntas. A integração regional amplia mercados para a indústria e os produtos brasileiros, favorece a geração de empregos, melhora a infraestrutura e a vida das populações de fronteira e fortalece os vínculos entre nossos povos. Por isso, os governos do PT apostaram no fortalecimento do Mercosul, na criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e no fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e de outros mecanismos regionais. Para o PT, mais do que uma agenda econômica, a integração sul-americana foi e será cada vez mais um instrumento para fortalecer a soberania e a autonomia da região, ampliar sua capacidade de atuar conjuntamente no cenário internacional e reduzir a dependência e a vulnerabilidade diante de potências e interesses externos.



Segurança pública: combater o crime sem abrir mão da soberania

O enfrentamento ao crime organizado exige cooperação internacional, inteligência e integração entre os países da região. As candidaturas do PT devem defender políticas eficazes de segurança pública, rejeitando tentativas de tratar organizações criminosas brasileiras como grupos terroristas para justificar ingerências externas. O combate ao crime deve ser conduzido pelas instituições brasileiras, em cooperação com países vizinhos e sempre com respeito à soberania nacional.

Cooperação internacional: soluções compartilhadas para problemas comuns

Questões como saúde, mudança do clima, ciência, tecnologia, segurança alimentar e desenvolvimento econômico não podem ser enfrentadas isoladamente. A cooperação internacional permite compartilhar conhecimentos, atrair investimentos, desenvolver pesquisas e construir soluções conjuntas para desafios globais. Para o PT, cooperar com outros países fortalece a capacidade do Brasil de promover desenvolvimento, inovação e melhores condições de vida para sua população.

Imigração: acolhimento com responsabilidade e proteção aos brasileiros no exterior

O Brasil deve tratar a migração como um fenômeno humano, econômico e social, e não como uma questão de criminalização. As candidaturas do PT devem defender políticas que garantam acolhimento digno aos migrantes, combatam a xenofobia e fortaleçam a proteção aos milhões de brasileiros que vivem no exterior. Também é fundamental ampliar a participação política da diáspora brasileira e fortalecer a assistência consular e as políticas públicas voltadas aos brasileiros residentes em outros países.



6. Quadro resumo: Quem defende o Brasil e os brasileiros

Tema	Governos Lula e a atuação do PT	Governo Bolsonaro e seus aliados	O que está em jogo
Soberania econômica e tarifas	Negociação diplomática, defesa comercial e proteção aos setores produtivos e trabalhadores afetados.	Apoio ou articulação política em torno de pressões econômicas estrangeiras contra o Brasil.	Empregos, exportações, indústria e renda.
Crime organizado	Cooperação policial internacional, fortalecimento da PF, inteligência, controle das fronteiras e combate à lavagem de dinheiro.	Defesa de soluções que podem ampliar a interferência estrangeira em questões de segurança interna.	Segurança com desenvolvimento e soberania.
Saúde global	Cooperação científica, transferência de tecnologia e fortalecimento da produção nacional de vacinas, medicamentos e insumos.	Confronto com orientações científicas e enfraquecimento da cooperação multilateral durante a pandemia.	Vacinas, medicamentos e preparação para emergências sanitárias.
Integração regional	Retomada do diálogo sul-americano, fortalecimento do Mercosul e projetos de integração logística e energética.	Afastamento dos vizinhos e questionamentos sobre a permanência ou relevância do Mercosul.	Mercados, infraestrutura, fronteiras e empregos.



Clima e Amazônia	Realização da COP30, retomada da diplomacia climática e busca de financiamento para conservação e desenvolvimento sustentável.	Enfraquecimento da fiscalização ambiental e conflitos com mecanismos internacionais de proteção climática.	Prevenção de desastres, agricultura, água e oportunidades econômicas.
Ciência e tecnologia	Parcerias vinculadas à inovação, pesquisa, industrialização e transferência tecnológica.	Dependência externa e menor coordenação entre política externa, ciência e indústria.	Empregos qualificados e autonomia tecnológica.
Brasileiros no exterior	Fortalecimento da assistência consular, proteção de direitos e políticas para a diáspora.	Menor prioridade política às comunidades brasileiras e à participação cidadã no exterior.	Proteção de aproximadamente 5,3 milhões de brasileiros residentes fora do país.
Paz e multilateralismo	Defesa do diálogo, da solução pacífica dos conflitos e da reforma das instituições internacionais.	Alinhamentos ideológicos automáticos e enfraquecimento da tradição diplomática brasileira.	Soberania, democracia e desenvolvimento
Democracia e soberania eleitoral	Defesa das instituições brasileiras e rejeição a interferências externas nos processos políticos nacionais.	Busca de apoio estrangeiro para disputas políticas domésticas.	Direito dos brasileiros de decidirem livremente o futuro do país.



Soberania alimentar e energética	Construção de refinarias para produção de combustíveis e fertilizantes no Brasil, que permitia controlar os preços desses produtos no mercado interno.	Venda das refinarias, que colocou a produção de combustíveis e fertilizantes nas mãos de interesses estrangeiros, deixando os preços desses produtos à mercê do mercado internacional.	As guerras na Ucrânia e no Irã encareceram combustíveis e fertilizantes, com impacto direto sobre os preços gerais, devido à perda de poder de influência sobre eles.
---	--	--	---



7. Fontes

TARIFAS E SOBERANIA ECONÔMICA

Governo Federal intensifica diálogos para reverter tarifas impostas pelos Estados Unidos

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/07/16/governo-rejeita-criticas-e-defende-que-fez-mais-de-30-contatos-com-os-eua-para-negociar-tarifas.ghtml>

Plano Brasil Soberano reúne medidas de proteção às empresas e aos trabalhadores afetados pelas tarifas dos Estados Unidos

<https://www.camara.leg.br/noticias/1293503-sancionada-lei-que-oferece-r-15-bi-em-credito-para-empresas-afetadas-por-tarifaco>

Carta de Trump relaciona tarifa de 50% contra o Brasil a questões políticas internas

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/09/carta-de-trump-leia-integra-do-texto-que-alega-motivos-politicos-e-comerciais-para-tarifa-de-50percent-brasil.ghtml>

Entre tarifas e diplomacia, governo brasileiro avança nas negociações com os Estados Unidos

<https://www.brasildefato.com.br/2025/10/20/entre-tarifas-e-diplomacia-lula-virou-o-jogo-na-negociacao-com-os-eua-mas-disputa-ainda-e-longa/>

CRIME ORGANIZADO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Brasil e Interpol firmam acordo para combater o crime organizado transnacional

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/02/23/ministerio-da-justica-e-interpol-anunciaram-forca-integrada-sul-americana-contr-o-trafico.ghtml>

Governo Federal e Interpol formalizam parceria contra o tráfico transnacional de drogas na América do Sul

<https://vermelho.org.br/2026/06/18/brasil-e-interpol-apostam-em-alianca-sul-americana-contr-o-crime-organizado/>



Estados Unidos anunciam classificação de facções brasileiras como organizações terroristas após pedido de Flávio Bolsonaro

<https://www.reuters.com/world/americas/us-intends-designate-two-brazilian-gangs-terrorist-organizations-rubio-says-2026-05-28/>

Especialistas apontam riscos políticos e eleitorais na classificação de facções brasileiras pelos Estados Unidos

<https://apnews.com/article/6ef4f1467c6afb55fc2daf45ae6d3875>

SAÚDE GLOBAL E PRODUÇÃO DE VACINAS

Brasil e Índia firmam acordo para fortalecer a produção de vacinas

<https://lexlegal.com.br/brasil-e-india-fecham-acordo-para-produzir-remedios-contracancer/>

Parceria entre Fiocruz e empresa indiana prevê transferência de tecnologia e pesquisa conjunta em vacinas

<https://minutomt.com.br/saude/fiocruz-e-empresa-indiana-firmam-acordo-para-producao-de-vacinas/>

Brasil assina acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde para adquirir vacinas mais modernas

<https://www.paho.org/pt/noticias/25-11-2025-brasil-assina-acordo-com-opas-para-aquisicao-vacinas-atualizadas-por-meio-dos>

Bolsonaro declarou que avaliaria retirar o Brasil da Organização Mundial da Saúde

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/brasil-pode-sair-da-oms-bolsonaro/>

Durante a pandemia, governo Bolsonaro adotou posições contraditórias às recomendações sanitárias

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/03/ha-5-anos-oms-declarou-pandemia-brasil-tinha-futebol-lotado-e-bolsonaro-minimizava-o-virus.shtml>



INTEGRAÇÃO REGIONAL

Líderes sul-americanos assinam o Consenso de Brasília e retomam diálogo regional

<https://consensodebrasil.org/pt/hoja-de-ruta-para-la-integracion-de-america-del-sur/>

Consenso de Brasília reúne os líderes dos países da América do Sul

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/consenso-de-brasil-2013-30-de-maio-de-2023

Sob ameaças de rompimento e sanções de Bolsonaro, o Mercosul virou alvo constante de embates ideológicos e pressões de saída.

<https://veja.abril.com.br/economia/bolsonaro-endossa-fala-de-guedes-sobre-saida-do-mercado/>

Rotas de Integração Sul-Americana buscam reduzir custos logísticos e ampliar o comércio regional

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/rotas-de-integracao-sul-americana>

Rotas de Integração Sul-Americana representam desenvolvimento, emprego e renda

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/projeto-das-rotas-de-integracao-sul-americana-representa-desenvolvimento-emprego-e-renda-diz-ministra-do-planejamento>

Programa Rotas de Integração Sul-Americana é formalizado pelo Governo Federal

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/as-rotas-de-integracao-sul-americana-sao-agora-um-programa-formal-do-mpo>

Rotas de integração devem estimular comércio, renda e empregos

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/rotas-de-integracao>



[ao-sul-americana-contribuirao-para-reduzir-as-desigualdades-regionais-e-sociais-afirma-tebet-em-audiencia-no-senado](#)

Obras de integração representam emprego, renda e produção para os estados brasileiros

[https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/a-transformacao-da-economia-sera-gigante-afirmou-tebet-em-plenaria-de-discussao-das-rotas-de-integracao-sul-americana-em-rio-branco-no-acre](#)

Rotas de Integração Sul-Americana ampliam oportunidades de negócios e desenvolvimento regional

[https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/planejamento-reforca-no-paraguai-as-oportunidades-que-rotas-de-integracao-e-desenvolvimento-sul-americano-trazem-para-a-regiao](#)

CLIMA, COP30 E FLORESTAS

COP30 é realizada em Belém, no Pará

[https://brasil.un.org/pt-br/301371-cop30-no-brasil](#)

O governo Lula reduz desmatamento e contrasta com altas sucessivas da gestão Bolsonaro.

[https://oc.eco.br/forte-queda-do-desmatamento-mostra-que-brasil-pode-mais/](#)

Fundo Florestas Tropicais para Sempre cria novo modelo de financiamento para a conservação

[https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/novo-brasil-ecological-transformation-plan/featured-programs/tropical-forest-forever-facility-tfff](#)

Brasil lança o Fundo Florestas Tropicais para Sempre durante a Cúpula do Clima de Belém

[https://tfff.earth/](#)



Fundo Florestas Tropicais para Sempre encerra a COP30 com mais de US\$ 6,7 bilhões anunciados

<https://tfff.earth/cop30-ends-with-over-us-6-7-billion-for-the-tfff/>

Bolsonaro prometeu durante a campanha retirar o Brasil do Acordo de Paris

<https://piaui.uol.com.br/web/e-se-o-brasil-sair-do-acordo-de-paris/>

Governo Bolsonaro apresentou declarações contraditórias sobre a permanência no Acordo de Paris

<https://amazoniareal.com.br/bolsonaro-e-o-acordo-de-paris-2-declaracoes-contraditorias/>

PAZ E MULTILATERALISMO

Aliança Global contra a Fome e a Pobreza é criada e formalizada durante a presidência brasileira do G20 com apoio de líderes mundiais

<https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/pt-br/>

Aliança Global apresenta avanços um ano após sua criação

<https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/pt-br/novo/comunicado-de-imprensa-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza-marca-um-ano-com-parcerias-concretas-entre-paises-e-ampliacao-do-numero-de-membros/>

BRASILEIROS NO EXTERIOR

Relatório Consular Anual estima em 5,3 milhões o número de brasileiros residentes no exterior

<https://www.agenciaincomparaveis.com/diplomacia-brasileira-relatorio-consular-anual-2025-do-mre-revela-crescimento-da-comunidade-brasileira-no-exterior/>

Operação Voltando em Paz (Israel e Faixa de Gaza – 2023) - Governo faz balanço da maior operação de retirada de brasileiros de uma zona de conflito



<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/governo-faz-balanco-da-maior-operacao-de-retirada-de-brasileiros-de-uma-zona-de-conflito>

Operação de repatriação totaliza 1.413 passageiros resgatados de Israel

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/operacao-de-repatriacao-totaliza-1-413-passageiros-resgatados-de-israel>

Governo Lula manda retirar algemas e que FAB conclua voo com brasileiros deportados dos EUA

<https://vermelho.org.br/2025/01/25/governo-determina-retirada-de-algemas-de-deportados-vindos-dos-eua/#:~:text=Lula%20e%20Lewandowski%20ordenaram%20a%20retirada%20das,de%20imigrantes%20tem%20sido%20detidos%20e%20deportado>
[S.](#)

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOBERANIA DIGITAL

Brasil apresenta Plano Brasileiro de Inteligência Artificial e reforça parcerias internacionais

<https://radardigitalbrasil.com.br/tecnologia/brasil-apresenta-plano-de-ia-e-reforca-parcerias-estrategicas-na-india/>

Brasil e Índia fortalecem cooperação científica e tecnológica

<https://noticias.r7.com/brasil/entenda-como-brasil-e-india-querem-ampliar-parcerias-em-tecnologia-e-inovacao-17102025/>

Parceria Estratégica Brasil-China para o Satélite CBERS-6

<https://mundogeo.com/2025/06/26/decreto-presidencial-oficializa-parceria-brasil-china-para-o-satelite-cbers-6/>

Defesa da Soberania Digital e Regulação das Big Techs nos Fóruns Globais



<https://www.brasildefato.com.br/2026/06/17/no-g7-lula-defende-soberania-digital-do-sul-global-cita-pix-e-cobra-responsabilidade-das-big-techs>